FOLHA DE ROSTO

TÍTULO DO ARTIGO: **Integridade Pública em Minas Gerais: Nuances da Adesão Institucional ao PMPI**

AUTORA: **Camila Montevechi**

TITULAÇÃO: **Doutoranda em Ciência Política – DCP/UFMG**

VÍNCULO: **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

MINICV**:**

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestra em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro - Escola de Governo de Minas Gerais (2016), onde também realizou o Programa de Especialização em Administração Pública, com ênfase em Gestão Pública (2014). Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP) em 2010 e certificada em extensão pós-universitária em Administração Pública pela University of La Verne, Califórnia, EUA (2012). Atuou na Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais com políticas preventivas de combate à corrupção e promoção da integridade e controle social, implementando também boas práticas de governança pública e privada e medidas de compliance institucional para toda a Administração Pública mineira. Tem experiência em formulação, implementação, monitoramento e avaliação de diversas políticas públicas, em projetos de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade e em engajamento e formação de redes.

CONTATOS DA AUTORA:

Endereço: Rua Doutor Júlio Otaviano Ferreira, 532, apto 201. Bairro Cidade Nova. Belo Horizonte/ MG. CEP: 31170-200

Telefone: (31) 98486-7557

e-mail: camila.montevechi@gmail.com

Linha de pesquisa:

**COMBATE E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO**: Análise dos processos políticos, históricos e econômicos atrelados à corrupção; tecnologia da informação e enfrentamento da corrupção; delação premiada, compliance e leniência; conflito de Interesses.

**Resumo do artigo**

O enfrentamento preventivo da corrupção como enfoque alternativo de controle tem ganhado corpo nas organizações a partir da consolidação de políticas e programas de promoção da integridade. No âmbito de um contexto específico referente à implementação do Plano Mineiro de Promoção da Integridade (PMPI), este artigo objetiva analisar o movimento pela institucionalização das ações pró-integridade pública em Minas Gerais, avaliando condições mais ou menos favoráveis à adesão e ao sucesso da iniciativa em órgãos estaduais. Utilizou-se modelo de análise próprio, extraído de alguns paradigmas da Teoria das Organizações: interacionismo dos objetivos institucionais com a causa anticorrupção, protagonismo, sobrevivência e empreendedorismo institucionais. Na pesquisa qualitativa, foram levantadas percepções de agentes protagonistas da consolidação do PMPI em órgãos e entidades que já aderiram ao processo, por meio de entrevistas e coletas de depoimentos. O trabalho concluiu sobre nuances de cada instituição estudada na implementação do plano, representadas em variações simbólicas no desenho oriundo do modelo de análise. Alguns achados demonstraram o seguinte: o compromisso do órgão de controle estadual com a resposta ao ambiente normativo, coercitivo e simbólico, tanto pela natureza do seu trabalho quanto pela necessidade de estar em conformidade com o macroambiente de controle; a resposta inovadora de uma área finalística relevante, que buscou empreender criativamente a norma de acordo com temáticas particulares, fruto de diagnóstico próprio, ativismo burocrático e diretrizes da própria política; e o voluntarismo institucional de uma fundação estadual politicamente relevante, centrado no protagonismo dos dirigentes máximos. As nuances evidenciadas podem corresponder, na prática, a diferentes intensidades nas respostas aos estímulos e coerções impostos pela Controladoria-Geral do Estado como coordenadora do PMPI no estado.

**Palavras-chave**: anticorrupção; controle preventivo; integridade pública; planos de integridade.

***Abstract***

The corruption prevention as an alternative control approach has been gaining ground in organizations through the consolidation of policies and programs of integrity promotion. Within the specific context of the implementation of the Integrity Promotion Plan of Minas Gerais (PMPI), this article aims to analyze the movement for the institutionalization of public integrity actions in the state, evaluating more or less favorable conditions for the adhesion and success of this initiative in some public bodies. It was built a proper model of analysis that was extracted from some paradigms of the Theory of Organizations: interactionism of the institutional objectives with the anticorruption cause, institutional protagonism, institutional survival and institutional entrepreneurship. In the qualitative research, perceptions of agents who are protagonists of the consolidation of the PMPI were raised in bodies and entities that have already joined the process, through interviews and testimony collections. The paper concluded over the nuances of each institution studied in the implementation of the plan, represented by symbolic variations in the drawing of the model of analysis. Some findings have demonstrated the following: the commitment of the state control body with the normative, coercive and symbolic environment, both by the nature of its work and by the need to be in compliance with the macro-environment of control; the innovative response of a relevant finalist area, which sought to creatively undertake the norm according to particular themes, as a result of its own diagnosis, bureaucratic activism and policy guidelines; and the institutional voluntarism of a politically relevant state foundation centered on the leadership (tone at the top). The nuances evidenced may correspond, in practice, to different intensities in the responses to stimulus and coercions imposed by the General Comptroller Office as coordinator of the PMPI in the state.

**Key-words**: anti-corruption; preventive control; public integrity; integrity promotion plan.